

Ata n.º 51  
Reunião do Conselho Intermunicipal  
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra  
(Ordinária)

No dia **09 de setembro, pelas 14h30, no município da Pampilhosa da Serra** reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Emílio Augusto Ferreira Torrão, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Período Antes da Ordem do Dia**

**Aprovação de ata**

- Ata n.º 47 de 20 de maio de 2025
- Ata n.º 48 de 23 de junho de 2025
- Ata n.º 49 de 15 de julho de 2025
- Ata n.º 50 de 07 de agosto de 2025

**Ordem do Dia**

**1. Informações**

**1.1. Infraestruturas de Portugal**

- 1.1.1.** CIM Região de Coimbra\_1704\_2025-07-29\_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - condicionamento de trânsito – Para conhecimento.
- 1.1.2.** CIM Região de Coimbra\_1743\_2025-08-04\_IP3, Coimbra/Viseu – Troço Sta. Comba Dão/Viseu – Duplicação/Requalificação – condicionamento – Para conhecimento.
- 1.1.3.** CIM\_Região Coimbra\_1853\_2025-08-18\_L. BEIRA ALTA – Estação da Pampilhosa - 2ª FASE (LN) – Empreitada - Para conhecimento.
- 1.1.4.** CIM Região de Coimbra\_1893\_2025-08-26\_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - condicionamento de trânsito - Para conhecimento.

**1.2. Outras Informações**

- 1.2.1.** "Ponto de situação - SIT Metropolitano" Para conhecimento.

**2. Estrutura de Desenvolvimento Científico e do Conhecimento**

**2.1. Instituto Superior Miguel Torga- ISMT**

- 2.1.1.** Alteração de condições laborais- Para deliberação.

**3.1. Unidade de Proteção Civil**

- 3.1.1.** Ponto de situação dos incêndios rurais - Para conhecimento.
- 3.1.2.** Aprovação da candidatura CENTRO2030-FEDER-03071900 - Proteção civil e gestão integrada de riscos no território da Região de Coimbra - Para deliberação.
- 3.1.3.** Avisos PEPAC - Desenvolvimento do Regadio Sustentável e Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes - Para conhecimento.

**3.1.4.** Proposta de Protocolo de Colaboração - Manutenção das torres do sistema de videovigilância florestal - Para deliberação.

### **3.2. Unidade de Desenvolvimento Económico**

**3.2.1.** Call FIT – Fostering Innovation in Tourism (Portugal Ventures) – Para conhecimento.

**3.2.2.** Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) – Abertura de Candidaturas – Para conhecimento.

**3.2.3.** Convite para integrar a Direção Executiva para a criação de um Observatório de emprego/formação na área do turismo – Para ratificação.

**3.2.4.** Proposta de abertura de um procedimento de contratação, para Limpeza e Manutenção dos Percursos Pedestres, na região de Coimbra – Para deliberação.

**3.2.5.** Acordo de Cooperação com a Associação "Herança do Passado" - Para deliberação.

**3.2.6.** Evento Manifesta 2028, Coimbra – Para deliberação.

**3.2.7.** Medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais - Para conhecimento.

**3.2.8.** Certificação da Estação Náutica da Região de Coimbra- Para conhecimento.

### **3.3. Divisão de Apoio ao Centro de competências para a informação Geoespacial**

**3.3.1.** Protocolo de Cooperação CIM-RC/UC - Aditamento -Para Deliberação.

## **4. Departamento de Organização Intermunicipal, Desenvolvimento Social e Modernização**

### **4.1. Unidade de Contabilidade e Finanças**

#### **4.1.1. Contabilidade**

**4.1.1.1.** 12.ª Alteração Orçamental Permutativa 2025 – Para deliberação.

#### **4.1.2. Tesouraria**

**4.1.2.1.** Resumo diário de tesouraria - Para conhecimento

#### **4.1.3. Contratação Pública**

**4.1.3.1.** CP10\_2025- Aquisição de Motobombas Rebocáveis de Grande Débito e de Módulos Rebocáveis de Apoio às Populações- Decisão de Contratar – Para ratificação.

**4.1.3.2.** CP18\_2025 - Coimbra Sustainable Tourism LLM SHIFT Coimbra - Execução da Estratégia de Comunicação 2025-2028: Autorização da abertura de procedimento, e delegação de Competências no 1º Secretário Executivo Intermunicipal de procedimento- Para deliberação.

**4.1.3.3.** CP13\_2025 - Aquisição de Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e Verticais no âmbito projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente - Para deliberação.

**4.1.3.4.** Regulamento n.º 1000/2025 e 18 de agosto - transmissão de dados referentes aos ajustes diretos simplificados- Para conhecimento.

#### **4.1.4. Central de Compras**

**4.1.4.1.** Pedido de adesão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins à Central de Compras - Para deliberação.

### **4.2. Unidade de Desenvolvimento Social e Modernização**

- 4.2.1. Normas de participação – Imagine.Create.Succeed: o Futuro é Teu! - ano letivo 2025/26 – Para deliberação.
- 4.2.2. Despacho n.º 8312/2025 de 18 de julho - Dispensa de apresentação de documentos- Para conhecimento.
- 4.2.3. Alteração às normas de Participação das Olimpíadas da União Europeia – Para ratificação.
- 4.2.4. Acordo de Cooperação com a Associação "Quinta das Pontes" - Para deliberação.
- 4.2.5. Termo de Aceitação da Candidatura "Região de Coimbra – A Antecipar e Co-desenhar o território" - Para ratificação.
- 4.2.6. Termo de Aceitação da Candidatura "Nós 19 - O som de Todos!" - Para ratificação.
- 4.2.7. Competências de Formação - Funcionários das autarquias nas Unidades Locais de Saúde. - Para conhecimento.
- 4.2.8. Projeto de Investimento n.º 7606 – BUPi RC – Cadastro Simplificado do Território Rústico da Região de Coimbra: Proposta de Reprogramação Temporal e autorização de submissão de despesa em PP – Para deliberação.
- 4.2.9. Projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente - Para deliberação.
- 4.2.10. Ofício (250819): "Interior devastado – CERC quer medidas urgentes e soluções em conformidade com as necessidades do território"- Para Conhecimento.

## **5. Divisão de Ambiente e Transportes**

### **5.1. Unidade de Mobilidade e Transportes**

- 5.1.1. Gratuidade passes estudante – Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro – meses de fevereiro e março de 2025 – Para ratificação.
- 5.1.2. Protocolo de Partilha de Dados entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e CIM-RC - Para deliberação.
- 5.1.3. Gratuidade passes estudante – Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro – meses de março, abril e maio 2025 – Para deliberação.

### **5.2. Unidade de Ambiente, Recursos Naturais e Equipamentos**

- 5.2.1. BNAUT – Ponto de situação e questões entrada em funcionamento – Para deliberação.
- 5.2.2. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com os Município de Arganil, Góis, Lousa e Pampilhosa da Serra, ao abrigo do Contrato de Financiamento PDP – 3 - Gestão da bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas - (EEA Grants 2014-2021) – Para deliberação.
- 5.2.3. Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município de Vila Nova de Poiares e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Alteração de edifício para habitação coletiva – 6 fogos – Vale de Vaíde” – Para ratificação.

## **6. Estrutura de Apoio Técnico**

- 6.1.** ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 18ª Alteração – Góis – Para deliberação.
- 6.2.** Celebração de Acordo de Cooperação Horizontal no âmbito do projeto BIO-RED (I3) - Para deliberação.
- 6.3.** Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas ao Sistema de incentivos de Base territorial – ITI CIM Comércio – Para ratificação.
- 6.4.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre a CIM-RC e o Município da Lousã no âmbito do Projeto C-REST - Para deliberação.
- 6.5.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre a CIM-RC e o Município de Condeixa no âmbito do Projeto C-REST - Para deliberação.
- 6.6.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre CIM-RC e o Município de Oliveira do Hospital no âmbito do Projeto C-REST- Para deliberação.
- 6.7.** Sistema de incentivos «Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade» (IFIC), no âmbito da Componente C05 — Capitalização e Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência- Para conhecimento.

---

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, Emílio Torrão Presidente da CM de Montemor-o-Velho, deu início à reunião, após a verificação de existência do quórum necessário.

Da lista de presenças que se anexa como número um à presente ata, registou-se que participaram na reunião:

Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa;  
Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira;  
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Francisco José de Baptista Veiga;  
Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita da Costa;  
Presidente da Câmara Municipal de Góis, António Rui de Sousa Godinho Sampaio;  
Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Miguel Correia Antunes;  
Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, António Jorge Fernandes Franco;  
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mira, Tiago Daniel Castro da Cruz;  
Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista;  
Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, Ricardo Sérgio Pardal Marques;  
Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Francisco Tavares Rolo;  
Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, Jorge Alves Custódio;  
Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra;  
Presidente da Câmara Municipal de Penela, Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos;  
Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz;  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques;  
Estiveram igualmente presentes na reunião, o Vereador da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Ricardo Silva e o Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

\*\*\*\*\*

### **Período de Antes da Ordem do dia**

#### **Agradecimentos e informações de destaque**

O Presidente do CI começou a sua intervenção agradecendo o excelente acolhimento, destacando o privilégio de estar num local tão agradável, acolhedor e especial por ser a última reunião deste órgão neste mandato.

Tomou a palavra Presidente da CM de Pampilhosa da Serra agradecendo presença e destacando a resiliência da paisagem pós-incêndios, enfatizou a importância de preservar estes espaços que felizmente ainda continuam a resistir. Disse ter aceite o desafio do Presidente do CI para fazer no seu município o último CI deste mandato e valorizou o diferencial do espaço.

Destacou o orgulho na identidade rural do território, considerada uma marca de excelência dizendo que autarquia valoriza essa ruralidade, não como um obstáculo, mas como um fator diferenciador, que procura desenvolver com qualidade e boas condições para todos os visitantes. A Pampilhosa da Serra não pretende imitar ninguém — assume com orgulho o que é: uma terra serrana, autêntica e acolhedora. As portas do concelho estão sempre abertas a quem a quiser visitar. Convidou todos para um convívio final no lagar e desejou bom trabalho.

Interveio o Presidente da CM de Soure agradecendo a hospitalidade, referiu dificuldade em estar presente em todos os eventos dos municípios e lamentando essa ausência. Informou sobre os eventos em Soure de inseridos nas festas anuais, cuja abertura da Feira e da festa anual é no dia 18. Disse que na reunião de Câmara realizada na semana passada, o município de Soure deliberou, por voto secreto e por unanimidade, a atribuição da Medalha de Ouro do Município ao ex-presidente da autarquia, Firmino Ramalho, reconhecimento que será formalmente entregue no âmbito das comemorações do Dia do Município, a decorrer a 21 de setembro.

Deu nota da aprovação de outras distinções sendo de particular destaque a que reconhece ao Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Jorge Brito, cuja entrega da distinção ocorrerá na sessão de abertura das Festas de São Mateus, na próxima quinta-feira, distinções essas que representam o reconhecimento público do Município de Soure a personalidades que, ao longo dos anos, se destacaram pelo seu envolvimento, contributo e dedicação à comunidade sourense.

Por seu lado o Presidente da CM de Tábua enalteceu o companheirismo e as aprendizagens, manifestou solidariedade com vítimas do trágico acidente no Elevador da Glória. Expressou a sua crescente preocupação face à falta de resposta por parte da tutela relativamente ao encerramento das instalações da Segurança Social no concelho, encerradas desde junho de 2023 por risco de ruína. Apesar de o município ter cedido instalações provisórias e de já ter solicitado uma audiência

à Senhora Ministra desde maio de 2024 (com novo pedido em setembro), continua sem qualquer resposta. Face à situação prolongada, pediu à CIM RC que, dentro das suas possibilidades, intervenha junto da tutela no sentido de obter esclarecimentos e promover uma solução para o problema.

A Sra. Presidente da CM de Cantanhede iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes, com um cumprimento especial ao Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra destacando o simbolismo de encerrar o ciclo de quatro anos de mandato num espaço de excelência e beleza natural, enaltecendo o cuidado e o trabalho de valorização realizado naquele território. Assinalou o facto de esta ser a última reunião do atual mandato do Conselho Intermunicipal, tendo expressado o seu apreço pelo espírito de cooperação institucional que pautou os trabalhos ao longo dos últimos quatro anos. Dirigiu uma palavra de reconhecimento ao Presidente Emílio Torrão e aos Vice-Presidentes, incluindo referência ao saudoso Vice-Presidente, Raul Almeida, realçando o ambiente de respeito e colaboração transversal a todas as forças políticas.

De seguida, abordou questões relativas à execução de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com enfoque nos domínios da educação e da saúde: Informou que, no âmbito do recurso ao BEI-E, será brevemente lançada nova fase de candidaturas para intervenções em escolas consideradas prioritárias (P1), existindo já projetos em diferentes estágios de maturidade (em concurso, adjudicadas ou consignadas). Sublinhou a necessidade de assegurar financiamento adequado, dado que muitos municípios não têm capacidade orçamental para avançar com estas obras sem apoio adicional. Saúde: Manifestou preocupação quanto à ausência de um enquadramento claro da tutela para obras em infraestruturas de saúde que não sejam concluídas até junho de 2026. Informou que a ANMP, a pedido da ACSS, está a recolher junto dos municípios informação sobre o ponto de situação das intervenções em curso, tendo sido indicada uma nova data de referência – 31 de agosto de 2027 – como limite para encerramento físico das obras.

Apresentou um caso concreto relativo a uma Unidade de Saúde Familiar com um investimento superior a 2 milhões de euros, cuja execução ultrapassa o prazo inicialmente definido. Neste contexto, o Tribunal de Contas manifestou-se desfavorável à proposta de os encargos adicionais serem assumidos pelo orçamento municipal, sugerindo antes a negociação com o empreiteiro para encurtamento dos prazos contratuais – uma solução de difícil aplicação, dadas as limitações do setor da construção.

Por fim, apelou à CIM RC para reforçar, junto da tutela, a necessidade de obtenção urgente de orientações claras sobre o tratamento das obras que ultrapassem os prazos inicialmente previstos; Salvaguarda das autarquias quanto à eventual devolução de fundos já recebidos; Reconhecimento das dificuldades existentes no setor, tanto ao nível dos pareceres técnicos como da resposta por parte das empresas construtoras.

Reforçou que os municípios estão a executar projetos no âmbito de delegações de competências em áreas que não eram originalmente da sua responsabilidade (educação, saúde e ação social), sendo essencial garantir mecanismos de financiamento justos e exequíveis.

Tomou a palavra o Presidente da CM de Vila Nova de Poiares agradecendo ao anfitrião Jorge Custódio pela organização da reunião, destacando o simbolismo do encontro por ser o último em que participa após 12 anos na Comunidade Intermunicipal (CIM). Enalteceu o convívio e a amizade construída ao longo do tempo e elogiou a beleza e o acolhimento de Pampilhosa da Serra.

Recordou o início da CIM em 2013, resultado da fusão das CIM Baixo Mondego e partes da CIM Pinhal Interior, frisando os desafios enfrentados por ser a maior e uma das mais heterogêneas CIMs do país. Destacou a evolução positiva e o exemplo que a CIM se tornou a nível nacional. Agradeceu aos colegas, reconheceu o valor da experiência e declarou que foram dos melhores anos da sua vida.

Anunciou também a inauguração da última edição da Poiartes, feira em Poiares, na próxima quinta-feira, convidando todos os colegas e técnicos a participarem, mesmo que em dias alternativos ao da inauguração.

Por fim, abordou um tema sensível: a falta de apoio para requalificação da escola de Poiares no âmbito do PRR. Lamentou que, apesar de ser prioridade na candidatura, o município ficou de fora, por critérios de maturidade pouco transparentes. Alertou que Poiares não tem capacidade orçamental nem margem para endividamento para suportar um investimento de 10 milhões de euros. Fez um apelo aos colegas da Associação Nacional de Municípios para que defendam critérios mais justos, de forma a não penalizar os municípios com menor capacidade financeira.

Por seu turno o Presidente da CM da Lousã iniciou a sua intervenção com agradecimentos ao anfitrião, bem como à sua equipa, pelo acolhimento e organização da reunião, destacando a qualidade do espaço e o ambiente inspirador proporcionado.

Assinalou o fim de um ciclo de 12 anos na Comunidade Intermunicipal para vários autarcas presentes, expressando gratidão pela oportunidade de ter feito parte do projeto, tanto a nível institucional como pessoal. Desejou os maiores sucessos a todos os colegas que se apresentarão às próximas eleições, realçando a importância das relações de amizade e cooperação desenvolvidas ao longo dos anos de trabalho conjunto.

Enalteceu o trabalho desenvolvido pela CIM, que, apesar das dúvidas iniciais quanto à sua viabilidade, se afirmou como uma referência nacional, não apenas pelo seu tamanho, mas sobretudo pela qualidade dos resultados alcançados.

Prestou homenagem a antigos membros já falecidos da CIM, nomeadamente: Raul Almeida e João Ataíde, destacou a liderança de José Carlos Alexandrino assim como a liderança de Emílio Torrão e da atual direção pelo trabalho desenvolvido. Reforçou a injustiça sentida na reprogramação das candidaturas no âmbito do PRR. Lamentou que escolas anteriormente aprovadas tenham sido excluídas por mudança de critérios, apontando como exemplo o caso da

Lousã, onde existe uma obra adjudicada de cerca de 8 milhões de euros, atualmente pendente de financiamento.

Face aos incêndios que afetaram diversos concelhos em agosto, defendeu a necessidade urgente de reforço dos meios dos municípios e comunidades intermunicipais, nas vertentes de prevenção, combate e Recuperação (urgente e estrutural).

Lamentou a ausência de progressos significativos em matéria de acessibilidades rodoviárias, nomeadamente a falta de uma alternativa rodoviária para o concelho de Góis, a ausência de concretização da ligação ao IP3. Criticou a falta de atenção do Estado Central à região neste domínio.

Finalizou a intervenção reiterando o sentimento de orgulho e satisfação por ter integrado a CIM, deixando votos de sucesso aos que permanecem e uma palavra de apreço à estrutura técnica da CIM, na pessoa do Dr. Jorge Brito.

O Presidente da CM de Condeixa-a-Nova iniciou a sua intervenção saudando os presentes, dirigindo-se a todos como “amigos”, sublinhando que, mais do que colegas, os membros da CIM tornaram-se um grupo unido pela amizade, o que considera uma das maiores distinções desta Comunidade Intermunicipal face a outras.

Prestou homenagem a João Ataíde, reconhecendo-o como figura essencial na fundação da CIM e no estabelecimento de uma cultura de ligação interpessoal, cuja influência marcou profundamente o espírito de cooperação ao longo dos anos.

Realçou a importância da união entre municípios como fator decisivo para alcançar resultados, defendendo que a ação conjunta é mais eficaz do que a atuação isolada de cada município. Recordou a primeira reunião da CIM em Coimbra, fruto da fusão de duas comunidades intermunicipais, e sublinhou a evolução positiva em termos de racionalidade e visão regional.

Destacou que a CIM RC tem sido um exemplo de trabalho colaborativo, com ganhos evidentes para a região. Enalteceu as viagens e momentos de convívio, não só pela componente relacional, mas também por terem fortalecido parcerias e gerado iniciativas concretas em benefício dos municípios.

Reconheceu publicamente o papel fundamental da equipa técnica da CIM, em especial do Secretário Executivo Intermunicipal Jorge Brito, pela orientação técnica, acompanhamento e competência demonstrada na gestão dos processos e fundos comunitários, sendo uma referência constante para os autarcas.

Elogiou também o trabalho desenvolvido pelos presidentes da CIM, destacando Emílio Torrão, pela sua dedicação e paixão; José Carlos Alexandrino, presidente em mandato anterior, pela sua continuidade e envolvimento ativo na região.

Terminou a sua intervenção com um tom nostálgico mostrando-se grato pelo percurso partilhado ao longo dos 12 anos de trabalho na CIM e reafirmou a intenção de manter os laços de amizade e cooperação, mesmo após o fim das funções institucionais.

O Presidente da CM da Pampilhosa da Serra reconheceu o ambiente de despedida sentido na reunião, recordando que muitos dos presentes poderão estar na sua última participação, seja por limite de mandatos, seja por resultados eleitorais. Independentemente disso, sublinhou que todos continuarão a trabalhar pela região.

Destacou a liderança do Presidente do CI, pela sua dedicação, proximidade, igualdade no tratamento dos autarcas e pelo estilo de trabalho combativo e de terreno.

Enfatizou o papel do Secretário Executivo Intermunicipal como elemento fundamental de ligação e organização, referindo-se a ele como “a cola” que mantém a CIM RC funcional. Realçou a sua capacidade de orientação e apoio técnico essencial, bem como o contributo da sua equipa.

Abordou a questão dos incêndios, não para procurar culpados, mas para destacar um problema estrutural: a indefinição da propriedade dos terrenos. Exemplificou que no seu município onde, mesmo após um esforço pioneiro com o BUPI, apenas 40% do território está georreferenciado os restantes 60% permanecem sem identificação clara.

Alertou que sem resolver o problema fundiário, todas as medidas de planeamento florestal, mosaicos ou áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP/OIGP) serão ineficazes. Criticou a baixa taxa de execução destas operações e a dificuldade de financiamento local.

Rejeitou veementemente a ideia de que a solução para os incêndios seja retirar pessoas do interior para as cidades, considerando essa proposta profundamente ignorante da realidade do território. Defendeu o povoamento ativo e a revitalização do interior através de incentivos fiscais, fixação de pessoas e investimento económico.

Referiu que, tal como em 2017, a Pampilhosa da Serra voltou a ser afetada por grandes incêndios em 2025, evidenciando a redução dos ciclos de recorrência. Lamentou que os incêndios só ganhem atenção mediática e política temporária e apelou a que os próximos autarcas da CIM coloquem a reforma estrutural da gestão florestal e da propriedade rural no topo da agenda.

Concluiu a intervenção apelando à continuidade do trabalho intermunicipal forte e à coragem política para agir em defesa dos territórios do interior, esperando que os próximos eleitos levem estas preocupações a sério.

Usou da palavra o Presidente da CM de Miranda do Corvo saudando Jorge Custódio e agradecer-lhe por proporcionar o último encontro do mandato num local que descreveu como “mágico”. Saudou também Emílio Torrão, Presidente do Conselho Intermunicipal, reconhecendo a sua liderança marcada por coesão ao longo dos últimos quatro anos, bem como os Vice-Presidentes do CI e ainda ao Secretário Executivo Intermunicipal e toda a equipa técnica da CIM.

Destacou os 12 anos de trabalho conjunto, reforçando que não foram apenas 12 dias, e expressou sentimentos de missão cumprida e de saudade. Reconheceu os bons e maus momentos partilhados, incluindo dificuldades pessoais e coletivas enfrentadas pelos autarcas.

Concluiu com gratidão a todos os presentes e aos que já integraram a CIM, e desejou sucesso para os que continuam, apelando à manutenção do espírito de grupo, coesão e amizade, essenciais para enfrentar os desafios futuros e vantajoso para os territórios desta CIM RC.

O Presidente da CM de Góis tomou a palavra justificando o atraso na chegada dizendo em tom de brincadeira que aproveitou também o trajeto para acompanhar trabalhos de alcatroamento em curso, tendo medido a estrada até ao Pessegueiro com vista à assinatura de um protocolo.

Destacou o ambiente positivo na CIM RC, sublinhando o espírito de amizade, solidariedade e cooperação vividos ao longo do seu primeiro mandato autárquico. Elogiou a liderança de Emílio Torrão, reconhecendo a sua capacidade de agregação das diferenças e valorizando o trabalho coletivo desenvolvido. Desejou sucesso aos que se recandidatam e deixou uma palavra de apreço aos que terminam funções, independentemente da filiação partidária, enaltecendo a qualidade dos autarcas cessantes e os ensinamentos que conseguiu obter.

Fez ainda uma menção sentida ao colega Raul Almeida, já falecido, e apreço a todos os membros da direção da CIM pelo trabalho desenvolvido e na defesa dos interesses de todos.

Referiu-se ao impacto dos incêndios no concelho de Góis que, embora com uma área ardida inferior a outros territórios (cerca de 500 hectares), afetaram gravemente as aldeias de xisto, com implicações na atividade turística. Lamentou a falta de atenção institucional e política ao concelho, nomeadamente aquando do cancelamento da concentração moto turística de Góis, uma decisão difícil, mas necessária face ao risco. Criticou a ausência de ministros e secretários de Estado, à exceção do Secretário de Estado das Florestas Rui Ladeira, que contactou telefonicamente no dia do incêndio.

Terminou com uma crítica à falta de comunicação e respeito institucional por parte de alguns organismos do Estado, dando como exemplo o encerramento da Conservatória de Góis, sem aviso prévio nem resposta aos contactos efetuados. Expressou desagrado com a atitude do Presidente do IRN e a falta de resposta da Ministra da Justiça, sublinhando que quem sofre com esta situação são os cidadãos e os territórios.

Interveio o Presidente da CM da Mealhada cumprimentando o anfitrião e expressando o seu agrado por estar presente num local com o qual tem uma ligação pessoal, referindo-se à Serra com carinho.

A sua intervenção centrou-se num agradecimento ao Presidente do CI, destacando a sua liderança positiva e integradora ao longo do mandato. Estendeu o agradecimento a todos os colegas autarcas, reconhecendo a forma como foi bem acolhido e acompanhado durante os seus quatro anos de mandato. Saliu ter aprendido muito com o grupo e valorizou as amizades criadas e reforçadas no seio da CIM.

Fez um agradecimento especial ao Secretário Executivo Intermunicipal destacando o seu papel enquanto verdadeiro líder regional, com uma “cola especial” que uniu os vários municípios e contribuiu para o sucesso coletivo da CIM e das populações.

Reconheceu que alguns elementos deixarão a CIM, seja por imposição legal ou resultado eleitoral, desejando sucesso a todos os que sairão, reafirmando a sua disponibilidade para manter ligação e colaboração futura, independentemente da continuidade nos cargos. Terminou com um agradecimento geral a todos os presentes.

Coube ao Presidente da CM de Penacova iniciar a sua intervenção reiterando as palavras dos colegas, reconhecendo o carácter emotivo da reunião do Conselho Intermunicipal, marcada por um ambiente de despedida, apesar do cenário inspirador do Pessegueiro, local que já conhecia, assim como a praia de Santa Luzia.

Dirigiu um agradecimento especial a Jorge Custódio, pelo trabalho desenvolvido em prol do turismo local, mesmo perante adversidades como os incêndios.

Manifestou apreço pelos autarcas que terminam funções, afirmando ter sido um privilégio partilhar momentos, reuniões e experiências ao longo do mandato. Referiu que o seu percurso profissional anterior era distinto e valorizou a aprendizagem e o conhecimento adquirido neste contexto intermunicipal.

Terminou com palavras de reconhecimento à liderança de Emílio Torrão e Jorge Brito, sublinhando o importante papel que ambos desempenharam na coesão e desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal.

Usou da palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, começando por cumprimentar todos os colegas presentes, agradecendo o acolhimento no encontro.

Referiu que não tinha experiência autárquica prévia, e admitiu que a sua perceção sobre o papel dos autarcas mudou radicalmente, passando a ter um profundo respeito pelo trabalho, sacrifícios e dedicação dos colegas autarcas.

Destacou a sua boa integração na CIM, mesmo representando um município “grande”, reconhecendo o espírito de unanimidade e cooperação da comunidade. Referiu que sempre votou em consciência, mesmo quando pressionado em sentido contrário, por considerar que a coesão é essencial ao funcionamento da CIM.

Fez um agradecimento especial ao Secretário Executivo Intermunicipal, reconhecido como o “homem da cola”, cuja liderança tem contribuído para o forte espírito de grupo. Salientou que as viagens e momentos informais fortaleceram laços de amizade e cumplicidade entre os autarcas, deixando uma nota pessoal sobre as relações de amizade que leva para a vida.

Referiu que é candidato nas próximas eleições, tendo resistido à “limpeza”, e manifestou o desejo de continuar a integrar a CIM, afirmando contar com o apoio dos colegas, independentemente das cores políticas.

Encerrou com uma nota bem-humorada sobre o jantar de homenagem aos seis autarcas que não continuarão, e reiterou o seu agradecimento e admiração pelos colegas, classificando muitos como autarcas exemplares.

Interveio o Presidente da CM de Oliveira do Hospital saudando o anfitrião e os demais colegas. Recordou o início da sua vida profissional ligada ao projeto da Praia Fluvial do Pessegueiro, em colaboração com Presidente da CM da Pampilhosa da Serra, na altura Presidente da Junta do Pessegueiro, valorizando a evolução e qualificação do espaço desde 1998.

Tendo sido este o seu primeiro mandato como Presidente de Câmara, manifestou reconhecimento pela aprendizagem e convivência com os autarcas mais experientes, com especial menção à liderança do Presidente do CI. Sublinhou o seu papel corajoso e coletivo, em especial na luta contra a Carta de Perigosidade de Incêndio, tema que considerou ainda atual.

Sobre o Cadastro da propriedade (Sinergie) disse que Oliveira do Hospital tem 68% do território cadastrado com base real (GPS), num projeto liderado pela Direção-Geral do Território. Lamentou que, apesar dos valores do investimento, o cadastro não esteja homologado nem publicado, e não tenha assim eficácia legal. Defendeu a urgente homologação e publicação do mesmo.

Das OIGP e PRGPS referiu que Oliveira do Hospital tem 8 OIGP, mas a sua implementação está lenta por falta de operadores. Lembrou o projeto PRGPS do Alva e Mondego, aprovado com financiamento do PRR, mas nunca executado, apelando à sua recuperação.

Solidarizou-se com os municípios afetados, com destaque para Arganil e o incêndio do Piódão, e referiu os danos no seu concelho especialmente na Serra do Açor, Vale do Alvoco e Vale do Alva. No que concerne à educação expressou preocupação com a falta de financiamento para obras já adjudicadas em escolas (com contratos publicados e concursos lançados), face à ausência de verbas do PRR e às limitações da linha BEI. Defendeu a necessidade urgente de articulação com a Associação Nacional de Municípios para encontrar soluções.

Terminou a sua intervenção com um agradecimento a todos os colegas pelo trabalho e partilha de conhecimento ao longo dos quatro anos. Referiu que o futuro é incerto, mas deixou uma nota de esperança, associando o verde do local ao símbolo de esperança.

Por seu turno o Presidente da CM de Mortágua iniciou a sua intervenção com uma palavra de gratidão, destacando o privilégio que foi partilhar os últimos quatro anos de trabalho com os restantes membros da CIM. Referiu o crescimento pessoal e profissional, bem como as relações de amizade criadas, que considera duradouras.

Enalteceu o papel da CIM RC, que considera sui generis pelo seu funcionamento e forte espírito de união e solidariedade. Destacou ainda a liderança do Secretário Executivo Intermunicipal, sublinhando a sua dedicação, capacidade de trabalho e a importância da equipa técnica que o acompanha.

Foi feito um reconhecimento ao facto da CIM RC ser uma das mais dinâmicas e com mais projetos aprovados a nível nacional, sendo esse motivo de orgulho para todos os autarcas envolvidos.

O orador também prestou homenagem ao saudoso Raul Almeida, lamentando a sua ausência e reconhecendo a sua importância.

Numa nota mais pessoal, partilhou a sua ligação afetiva ao concelho da Pampilhosa da Serra, lembrando momentos vividos antes mesmo das obras recentes e enalteceu a riqueza natural da região, nomeadamente os cursos de água e o potencial turístico e ambiental.

Demonstrou preocupação com os fogos florestais, referindo a ineficácia de planos e estudos que, apesar de elaborados, acabam por ser esquecidos e não implementados.

Finalizou com uma reflexão crítica sobre o financiamento das autarquias e a falta de meios para execução de projetos, nomeadamente na habitação e na requalificação de escolas. Partilhou a sua experiência pessoal com a escola secundária de Mortágua, onde decidiu não avançar com o projeto por falta de capacidade financeira, apontando a incoerência do sistema de incentivos.

Concluiu com uma mensagem positiva e de agradecimento, valorizando o percurso coletivo e a aprendizagem partilhada.

Assumi a palavra o Vice-Presidente da CM de Mira saudando todos os presentes e agradecendo ao Presidente da CM da Pampilhosa da Serra pela receção e pela requalificação do espaço do Pessegueiro, onde esteve há 25 anos em atividade escutista.

Felicitou a todos pelo trabalho desenvolvido nos municípios e na CIM, destacando a liderança do Presidente da CM de Mira, Artur Fresco e o papel essencial do Secretário Executivo Intermunicipal e da equipa técnica, cuja dedicação se reflete nos resultados nos municípios.

Referiu a importância das escolas, destacando a recente adjudicação de 7 milhões de euros para ampliação da escola secundária, assim como a expectativa de aprovação de um investimento de 4 milhões para a escola do segundo ciclo, ainda pendente no PRR.

Abordou a questão dos incêndios, lembrando o impacto sofrido em 2017 no município de Mira. Informou sobre um projeto de reflorestação de cerca de 2 milhões de euros, que está praticamente concluído, mas sem o sucesso esperado, merecendo futuras reflexões.

Manifestou preocupação com o atraso no reembolso de 300 a 400 mil euros relativos a pedidos de pagamento, que só deverão ser desbloqueados em janeiro de 2026. Criticou a obrigatoriedade de recorrer a crédito sem juros, via Banco de Fomento, para adiantar esses valores, considerando esta situação injusta e revoltante, pois penaliza a estrutura financeira do município.

Por fim, convidou em nome do Presidente da Câmara, todos os presentes para a mostra gastronómica que terá lugar na praia de Mira, de quinta a domingo.

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil iniciou a sua intervenção cumprimentando o anfitrião e elogiando as paisagens do concelho.

Destacou a complexidade desta CIM RC, formada por concelhos heterogéneos com níveis de desenvolvimento distintos e relações nem sempre fáceis, reconhecendo que o sucesso da CIM é um feito notável.

Fez uma homenagem ao saudoso João Ataíde, sublinhando o seu papel fundamental na criação da equipa alargada que hoje conta com 19 membros e que tem funcionado muito bem.

Reconheceu o trabalho de consolidação realizado pelo Presidente do CI, mantendo a estratégia de cooperação coletiva apesar da heterogeneidade dos municípios.

Mencionou a importância da massa crítica existente, especialmente em territórios mais relevantes, que pode impulsionar o desenvolvimento dos municípios mais pequenos.

Enfaticou a cumplicidade e solidariedade entre os membros da CIM, destacando os ganhos e conquistas obtidos até ao momento.

Por fim, reconheceu as dificuldades e angústias que fazem parte do percurso, mas expressou gratidão pela oportunidade de construir, em conjunto, o desenvolvimento da região.

O Presidente anfitrião informou que convidou o seu antecessor, José Brito, atual Presidente da Assembleia Municipal e antigo Presidente da CM da Pampilhosa da Serra, para estar presente na reunião, destacando a aprendizagem que teve com ele.

Tomou a palavra o Secretário Executivo iniciou reconhecendo o privilégio e a estima em servir o território em conjunto com os presentes, destacando o compromisso coletivo em busca do melhor para a região, mesmo apesar dos inúmeros desafios diários.

Expressou uma carga emocional ao relembrar o percurso conjunto, reconhecendo os sacrifícios e eventuais falhas ocorridas, mas reforçando que todas as ações tiveram como objetivo o benefício das câmaras municipais e do território.

Agradeceu a oportunidade de trabalhar com os membros deste CI ao longo do último ano, considerando-os um verdadeiro privilégio.

Alertou para a complexidade dos primeiros meses do novo mandato, mencionando desafios ligados ao PRR, IFADAPs e outros instrumentos de financiamento, antecipando uma elevada carga de trabalho para o final de 2025 e todo o ano de 2026.

Enfaticou a necessidade de consciência e preparação para enfrentar esse cenário exigente.

Abordou a gestão do PRR, destacando que o programa é gerido por “marcos e metas” e que a não funcionalidade das entregas pode resultar na devolução total das verbas. Existem cerca de 86 organismos intermédios, cada um com áreas territoriais e setoriais específicas, o que gera complexidade na execução, especialmente nos setores da saúde e social.

No setor da saúde, mencionou-se a “operação limpeza”, destinada a avaliar quebras na execução e permitir reforços orçamentais para obras dentro do calendário. Há preocupações com empreitadas que ultrapassam os prazos do PRR, exigindo soluções legais semelhantes às aplicadas em habitação e educação.

Em relação à educação, destacou-se que o valor médio contratualizado para intervenções escolares é superior ao inicialmente previsto no acordo da ANMP, sugerindo a necessidade de um segundo empréstimo ou novo instrumento financeiro pós-2030 para cumprir as necessidades.

Apelou aos municípios para submeterem despesas no programa de recolha de biomassa, que tem baixa taxa de execução (12%) e termina em 39 dias, com vários municípios ainda por enviar faturas.

Informou da vinda de representantes do Fórum Económico da Bulgária para o território entre 27 e 31 de outubro preparando uma visita de alto nível em 2026, reconhecendo a região como exemplo de aplicação de políticas públicas.

Finalizando a sua intervenção, o Secretário Executivo Intermunicipal deixou uma homenagem ao falecido Raul Almeida e cumprimentou o amigo José Brito, presente na reunião.

O Presidente da CM de Penela fez uso da palavra, de modo online, cumprimentando todos, e em especial o seu homólogo da Pampilhosa da Serra, e lamenta profundamente por não poder estar presente.

Agradece ao Presidente do CI pela amizade, dedicação e liderança inclusiva na CIM, reconhecendo a sua capacidade de gestão e promoção de união entre os colegas.

Agradece também ao Secretário Executivo Intermunicipal, elogiando a sua disponibilidade, competência e dedicação. Expressa confiança no futuro promissor do Dr. Jorge Brito.

Reconhece a sua ausência em alguns momentos importantes, explicando que isso se deve a limitações de recursos humanos no seu município, que enfrenta dificuldades em termos de pessoal, estando com menos 10 colaboradores comparado a 2021.

Afirma que, apesar de não ter participado tanto quanto gostaria, valorizou muito os momentos de convívio e expressa carinho e estima por todos os colegas. Enfatiza que a sua função foi encarada com um forte espírito de missão.

Lembra que este é o último Conselho Intermunicipal deste mandato, aproveitando para agradecer a todos pela cooperação, compromisso e espírito de comunidade demonstrados ao longo dos anos. Destacou que os membros souberam colocar os interesses das populações acima das diferenças pessoais, algo que considera essencial e exemplar.

Termina com agradecimentos sinceros, desejando o melhor a todos para o futuro, tanto em continuidade autárquica quanto em novos desafios, destacando a importância das relações humanas construídas neste percurso.

Finaliza com um convite para um evento em Penela, nos dias 26, 27 e 28 de setembro, reforçando que todos serão bem recebidos.

**O CI tomou conhecimento.**

---

### **Aprovação de ata**

Ata n.º 47 de 20 de maio de 2025

Ata n.º 48 de 23 de junho de 2025

Ata n.º 49 de 15 de julho de 2025

Ata n.º 50 de 07 de agosto de 2025

O Presidente do CI colocou à apreciação do CI as quatro atas indicadas não tendo havido quaisquer observações à mesma.

**Após apreciação o CI deliberou, unanimidade, aprovar a ata n.º 47 de 20 de maio, a ata n.º 48 de 23 de junho, a ata n.º 49 de 15 de julho e a ata n.º 50 de 07 de agosto todas do ano de 2025.**

## **Ordem do Dia**

### **1. Informações**

#### **1.1. Infraestruturas de Portugal**

**1.1.1.** CIM Região de Coimbra\_1704\_2025-07-29\_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - condicionamento de trânsito – Para conhecimento.

**1.1.2.** CIM Região de Coimbra\_1743\_2025-08-04\_IP3, Coimbra/Viseu – Troço Sta. Comba Dão/Viseu – Duplicação/Requalificação – condicionamento – Para conhecimento.

**1.1.3.** CIM\_Região Coimbra\_1853\_2025-08-18\_L. BEIRA ALTA – Estação da Pampilhosa - 2ª FASE (LN) – Empreitada - Para conhecimento.

**1.1.4.** CIM Região de Coimbra\_1893\_2025-08-26\_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - condicionamento de trânsito - Para conhecimento.

O Presidente do CI submeteu as quatro comunicações da IP para apreciação deste órgão, visando uma economia processual. Não foi formulado qualquer pedido de esclarecimento.

#### **O CI tomou conhecimento.**

#### **1.2. Outras Informações**

**1.2.1.** "Ponto de situação - SIT Metropolitano" Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3853, datada de 04 de setembro último, indicando que no seguimento da decisão dos municípios no último CI, relativamente à comunicação e afixação dos horários nos abrigos de passageiros, se remete o ponto de situação feito com os gabinetes de comunicação dos 19 municípios.

O Secretário Executivo Intermunicipal agradece e informa os autarcas sobre a articulação feita entre os municípios em relação à comunicação com os utentes do sistema de transportes. Destaca que, apesar de algumas reclamações iniciais, estas foram residuais e têm diminuído. A partir de sexta-feira, com o início do transporte escolar, a rede de transportes entrará na sua verdadeira operação, com aumento de frequência.

Garantiu que, mesmo em caso de falhas nos passes ou validações, nenhum aluno ficará sem transporte, pois tudo está articulado com o operador. Reconhece que, dada a dimensão da operação, podem surgir pequenas falhas, mas pede que estas sejam comunicadas.

Enfatiza ainda a importância da comunicação aos utentes e pede aos municípios que reforcem, com os meios que considerarem adequados (redes sociais, comunicação direta, etc.), a divulgação do serviço. A equipa está disponível para fornecer todo o apoio necessário para garantir que a população esteja bem informada.

O Presidente da Câmara Municipal de Tábua referiu que alguns municípios estão a assegurar a presença de acompanhantes (tarefeiras) nos autocarros, sobretudo para apoiar crianças do 1.º

ciclo e do pré-escolar. Assinalou um problema operacional: os motoristas não estão a permitir a entrada de acompanhantes fora das paragens oficiais, mesmo quando circulam em vazio até à primeira paragem.

Propôs a elaboração de uma exposição formal solicitando a flexibilização dessa regra, permitindo o embarque antecipado dessas pessoas.

Mencionou que a questão do pagamento ou passe das acompanhantes é secundária neste momento.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Góis dizendo que continuam a ser reportadas algumas discrepâncias operacionais, deu exemplos, o que considera natural face à implementação recente do novo sistema.

O Presidente do CI sobre a questão dos ajustamentos, referiu que no âmbito do contrato em vigor, existe a possibilidade de reformular a rede até 10%, ou seja, aumentar a produção quilométrica nesse mesmo limite. Saliu a importância de que eventuais ajustamentos sejam efetuados com uma perspetiva intermunicipal, promovendo o equilíbrio e a equidade entre todos os municípios envolvidos. Entendeu-se que não deverá ser permitido que apenas um ou dois municípios façam uso isolado dessa possibilidade de aumento, em detrimento dos restantes.

Foi também chamada a atenção para a sensibilidade deste tema, nomeadamente no que respeita à eventual entrada em funções de novos Presidentes de Câmara após as eleições. Caso se verifique que a margem contratual para ajustamentos já foi esgotada por decisões anteriores, poderão surgir situações de desigualdade e constrangimentos para os novos executivos municipais. Assim, solicitou aos municípios que considerem cuidadosamente este assunto, de forma a garantir uma gestão ponderada e equitativa das possibilidades de ajustamento previstas contratualmente, salvaguardando os interesses de todos os municípios e evitando eventuais situações de conflito ou percepção de injustiça.

Proseguiu a sua intervenção lembrando que, na última reunião do CI, havia sido deliberado o reforço da comunicação relativa aos transportes e que, a equipa da CIM desenvolveu um kit de comunicação com esse objetivo. Contudo, foi observado que uma elevada percentagem das reclamações (superior a 80%) continua a estar relacionada com falhas de comunicação, nomeadamente o desconhecimento dos horários por parte dos utilizadores.

Por essa razão reforça o apelo para que os municípios colaborem ativamente na divulgação do referido kit de comunicação, valorizando o esforço realizado pela equipa de transportes da CIM, que, apesar de ser reduzida e se encontrar numa fase exigente, tem procurado dar resposta às necessidades identificadas.

**O CI tomou conhecimento.**

## **2. Estrutura de Desenvolvimento Científico e do Conhecimento**

### **2.1. Instituto Superior Miguel Torga- ISMT**

#### **2.1.1. Alteração de condições laborais - Para deliberação.**

Foi presente a informação do ISMT n.º I/15/2025, datada de 03 de setembro último, propondo a alteração de condições laborais de uma docente deste Instituto.

Mais se indica que é da competência desta CIM RC assegurar a gestão administrativa, económica e financeira do ISMT.

A referida informação identifica a docente em causa, as condições negociadas e descreve os potenciais impactos da eventual passagem para outra instituição.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de condições laborais da docente indicada na referida informação, nas condições negociadas com data de início a 01 de setembro de 2025.**

**3.1. Unidade de Proteção Civil** Ponto de situação dos incêndios rurais - Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3834, datada de 03 de setembro último, apresentando o ponto de situação dos incêndios rurais que afetaram gravemente a Região de Coimbra durante o mês de agosto de 2025, bem como os diplomas legais entretanto publicados.

O Secretário Executivo Intermunicipal munido de uma apresentação sobre o impacto dos incêndios rurais no território da CIM RC, com enfoque nos grandes incêndios que afetaram a região, elucidou sobre a predominância de pinheiro-bravo nas áreas ardidas e que os eucaliptais não foram os principais afetados.

Está em vigor um novo Decreto-Lei com medidas específicas de recuperação e apoio pós-incêndio. Recordou que desde 2017, foram emitidos 27 diplomas relacionados com incêndios (portarias, RCM, etc.). Deu nota dos instrumentos disponíveis: PRGPS e AIGP e das freguesias afetadas já delimitadas nos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Lousã, Tábua e Góis.

O Presidente da CM de Tábua destacou que o ciclo dos incêndios continua a repetir-se sem mudanças estruturais lembrando que durante o período de COVID-19 não houve incêndios, sugerindo uma possível correlação com a atividade humana.

Propôs a aceleração da implementação dos PRGPS, especialmente em zonas despovoadas, a inclusão da ADESA e outras entidades operacionais no Decreto-Lei atual, para que possam ser elegíveis a apoios financeiros pelos prejuízos sofridos nos incêndios. Criação de um pacote financeiro nacional de apoio à proteção civil municipal, com verba destinada à aquisição e manutenção de máquinas de rastos e outros meios operacionais.

Em tom de desabafo denunciou a falta de recursos e de competências legais dos municípios, que são responsabilizados por situações em terrenos que nem são da sua responsabilidade chamou a atenção para o cansaço dos autarcas, que lidam com exigências sem os devidos meios de resposta.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.1.2.** Aprovação da candidatura CENTRO2030-FEDER-03071900 - Proteção civil e gestão integrada de riscos no território da Região de Coimbra - Para deliberação.

Foi presente a informação técnica n.º 3841, datada de 03 de setembro último, dando conhecimento da aprovação da candidatura “Proteção civil e gestão integrada de riscos no território da Região de Coimbra” com o valor de aproximadamente 4 milhões de euros.

De acordo com a informação técnica se propõe a assinatura do termo de aceitação do projeto, a repartição dos custos associados à contrapartida nacional e despesas não elegíveis, de acordo com a seguinte proposta: que os custos decorrentes das atividades 1 a 13 e da atividade 18 sejam repartidos de igual forma pelos 19 municípios, atendendo ao facto de abrangerem de igual forma todos os municípios; Que os custos decorrentes das atividades 14 a 17 sejam repartidos proporcionalmente pelos 19 municípios, tendo em consideração o número de equipamentos a entregar.

Atendendo ao número de equipamentos que serão adquiridos para distribuição junto dos municípios, analise e delibere sobre a proposta da cedência dos referidos equipamentos aos municípios, sendo da responsabilidade de cada município as necessárias ações de manutenção e reparação após o período de vigência do contrato de aquisição e da respetiva garantia.

O Secretário Executivo Intermunicipal deu nota da aprovação desta candidatura, “que veio sem cortes no valor de cerca de quatro milhões de euros.”

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a assinatura do termo de aceitação do projeto assim como aprovar a proposta de divisão das despesas associadas à contrapartida nacional e despesas não elegíveis, bem como a proposta de que os equipamentos individuais a entregar sejam cedidos aos municípios e fiquem da sua responsabilidade as necessárias ações de reparação e manutenção.**

**3.1.3. Avisos PEPAC - Desenvolvimento do Regadio Sustentável e Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes - Para conhecimento.**

Foi presente a informação n.º 3842, datada de 03 de setembro último, dando conhecimento ao CI, da abertura dos Avisos PEPAC – Desenvolvimento do Regadio Sustentável (D.3.1) e Melhoria da Sustentabilidade dos Regadios Existentes (D.3.2), publicados ao abrigo da Portaria n.º 267/2025/1, de 14 de julho. Os avisos destinam-se a entidades públicas e coletivas com competências na área dos aproveitamentos hidroagrícolas, prevendo-se candidaturas entre julho e outubro de 2025, com dotações de 40 M€ e 25 M€, respetivamente. A informação dá igualmente conhecimento das condições de acesso aos apoios, para eventual participação ou articulação institucional.

O Secretário Executivo Intermunicipal comunicou aos senhores presidentes que foram publicados dois avisos no âmbito do PEPAC para candidaturas ao desenvolvimento de regadios informando ainda que no ciclo anterior de financiamento (2020), os regadios tradicionais estavam contratualizados via ITI, mas agora passaram a integrar um concurso de carácter concorrencial.

A CIM manifesta disponibilidade para apoiar a elaboração das candidaturas, nas duas tipologias: Desenvolvimento de regadios sustentáveis e Melhoria da sustentabilidade de regadios existentes.

Reforçou que a CIM é entidade elegível nestas candidaturas, conforme mencionado nos avisos, e há incentivo por parte do PEPAC para a participação das comunidades intermunicipais, com vista a ganhos de escala e eficácia. Reitera a disponibilidade da CIM RC para apoiar os municípios interessados nestas candidaturas.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.1.4.** Proposta de Protocolo de Colaboração - Manutenção das torres do sistema de videovigilância florestal - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3860, datada de 04 de setembro último, propondo a celebração de Protocolo de Colaboração entre a CIM RC e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), relativo à manutenção das vinte torres do sistema de videovigilância florestal, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios rurais, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. O protocolo, com valor global de €86.030,28 (acrescido de IVA), visa garantir a operacionalidade das torres, essenciais para a deteção precoce de incêndios e proteção das populações.

Mais se indica que o protocolo em anexo foi previamente verificado e validado pelos serviços jurídicos competentes.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração cujo objeto será o de regular a forma de ressarcimento à CIM RC no que respeita aos encargos com os serviços de manutenção de 20 (vinte) torres do sistema de videovigilância florestal implementado por esta CIM, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.**

**3.2. Unidade de Desenvolvimento Económico**

**3.2.1.** Call FIT – Fostering Innovation in Tourism (Portugal Ventures) – Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3808, datada de 03 de setembro último, dando conhecimento da *Call Fostering Innovation in Tourism* que investe em projetos de turismo na fase pré-seed, Não Tecnológicos e Tecnológicos com um limite de 150 mil euros por projeto.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.2.2.** Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) – Abertura de Candidaturas – Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3807, datada de 03 de setembro último, dando conhecimento ao CI do presente aviso que visa promover a requalificação, reabilitação e/ou conservação das instalações desportivas ao serviço das populações e destina-se a clubes desportivos e associações.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.2.3.** Convite para integrar a Direção Executiva para a criação de um Observatório de emprego/formação na área do turismo – Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3778, datada de 28 de agosto último, na qual se informa que no âmbito do projeto COIMBRA Sustainable Tourism LLM | SHIFT Coimbra, cofinanciado pela European Urban Initiative, do qual a CIM RC é parceira, está em processo de criação o futuro Observatório de Empregabilidade para o Setor do Turismo da Região de Coimbra.

A CIM RC foi convidada a integrar as estruturas de governação deste Observatório, tendo indicado para o efeito, como representante na Direção Executiva, o Senhor Secretário Executivo da CIM - RC, Jorge Miguel Marques de Brito. O representante indicado para a Direção Executiva, integra, por inerência, o Conselho Estratégico do observatório

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato que autorizou a indicação do Secretário Executivo Intermunicipal da CIM RC, Dr Jorge Brito, como representante na Direção Executiva no Observatório de Empregabilidade para o Setor do Turismo da Região de Coimbra.**

**3.2.4.** Proposta de abertura de um procedimento de contratação, para Limpeza e Manutenção dos Percursos Pedestres, na região de Coimbra – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3779, datada de 29 de agosto último, destacando que os percursos pedestres constituem um importante ativo para a valorização turística e ambiental da Região de Coimbra, sendo essencial garantir a sua manutenção regular para assegurar condições de segurança, acessibilidade e atratividade ao longo do tempo.

As Grandes Rotas, em particular, exigem, além de manutenção regular, que esta manutenção seja executada de forma agregada, de modo a salvaguardar a consistência das intervenções, padrões e imagem da rede como um todo.

Neste contexto, propõe-se o lançamento de um procedimento conjunto, aberto à adesão dos municípios em que; A CIM-RC assegurará a coordenação e lançamento do procedimento; Os custos serão repartidos pelos municípios em função do número de quilómetros de percurso existente em cada território; A contratação conjunta permitirá reduzir custos de intervenção, assegurar padrões comuns de qualidade em toda a rede e maior agilidade processual; As contribuições municipais assegurarão a sustentabilidade da operação e continuidade futura do serviço, evitando que a rede se degrade e protegendo o investimento público já realizado no anterior quadro de financiamento. A fórmula de repartição em função do número de quilómetros existentes em cada concelho garante justiça e proporcionalidade, evitando encargos desiguais.

O Secretário Executivo Intermunicipal lembrou que seguimento de um repto lançado no CI pelo Presidente da CM de Tábua, foi feito este procedimento conjunto para a manutenção, a conservação daquilo que são as grandes rotas e as pequenas rotas dos municípios, havendo efetivamente estes ganhos de escala e esta manutenção da certificação.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar o lançamento de um procedimento conjunto de contratação, para Limpeza e Manutenção dos Percursos Pedestres, na região de Coimbra nos termos propostos na presente informação.**

**3.2.5. Acordo de Cooperação com a Associação "Herança do Passado" - Para deliberação.**

Foi presente a informação n.º 3916, datada de 05 de setembro último,

A CIM-Região de Coimbra criou em 2021 a “Loja dos Sabores da Região de Coimbra” para promover produtos endógenos. A associação “Herança do Passado” dedica-se à preservação da tecelagem tradicional de Almalaguês e tem historial relevante nesta área. Ambas as partes pretendem dinamizar o espaço com atividades culturais e sociais, dedicadas ao *craft* e aos recursos da Região, pelo que se propõe um acordo de cooperação que assegura à associação a utilização gratuita da Loja para promoção da tecelagem e de outros produtos regionais.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de utilização do espaço “Loja dos sabores da Região de Coimbra” a celebrar entre a CIM RC e a associação “Herança do Passado – Associação” nos moldes propostos.**

**3.2.6. Evento Manifesta 2028, Coimbra – Para deliberação.**

Foi presente a informação n.º 3852, datada de 04 de setembro último, indicando que tendo em conta que se irá realizar no município de Coimbra a Manifesta, única bienal do mundo que muda de cidade a cada dois anos e que é reconhecida internacionalmente como um dos eventos de arte contemporânea de maior prestígio, e tendo esta entidade intermunicipal recebido convite formal pelo Sr. Presidente da CM de Coimbra, submete-se a deliberação a proposta da CIM RC para se associar como parceira na edição da Manifesta em Coimbra.

**O CI deliberou, por unanimidade, tendo em conta a relevância e o prestígio internacional da Manifesta, bem como as mais-valias estratégicas para a Região de Coimbra, associar-se formalmente como parceira institucional da *Manifesta 17*, contribuindo ativamente para a preparação e execução do evento em articulação com os demais parceiros locais, nacionais e internacionais.**

**3.2.7. Medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais - Para conhecimento.**

Foi presente a informação n.º 3854, datada de 04 de setembro último, dando nota que na sequência dos incêndios que afetaram a Região de Coimbra entre 26 de julho e 27 de agosto de 2025, o Governo aprovou medidas de apoio para mitigar os impactos e promover a recuperação socioeconómica e turística dos concelhos mais afetados: Arganil, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua, dá-se, assim, conhecimento das medidas de apoio atualmente em vigor.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.2.8. Certificação da Estação Náutica da Região de Coimbra- Para conhecimento.**

Foi presente a informação n.º 3851, datada de 04 de setembro último, dando conhecimento de que o processo de certificação da Estação Náutica da Região de Coimbra se encontra concluído e de que será de considerar a realização da Cerimónia pública de certificação da Estação Náutica da Região de Coimbra.

Secretário Executivo Intermunicipal – deu nota do ofício, permitir a sua operacionalização e um forte agradecimento aos srs. Presidentes.

**O CI tomou conhecimento.**

**3.3. Divisão de Apoio ao Centro de competências para a informação Geoespacial**

**3.3.1. Protocolo de Cooperação CIM-RC/UC - Aditamento -Para Deliberação.**

Foi presente a informação n.º 3844, datada de 03 de setembro último, submetendo para deliberação do CI o Aditamento ao Protocolo de Cooperação (presente e aprovado no CI realizado em 15 de julho último), a desenvolver no âmbito do programa de INVESTIMENTO RE-C08-i02.03 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial”, da Componente C08 do Plano de Recuperação e Resiliência, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Centro de Competências para a Informação Geoespacial) e a Universidade de Coimbra (UC).

Esta alteração ao Protocolo tem por objeto editar a “cláusula segunda, Das Atividades”, no sentido de que serão também desempenhadas as atividades para a elaboração do Mapeamento Prospetivo Florestal do Pinhal Interior.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar o Aditamento ao Protocolo de Cooperação CIM RC/ UC nos termos apresentados.**

**4. Departamento de Organização Intermunicipal, Desenvolvimento Social e Modernização**

**4.1. Unidade de Contabilidade e Finanças**

**4.1.1. Contabilidade**

**4.1.1.1. 12.ª Alteração Orçamental Permutativa 2025 – Para deliberação.**

Foi presente a proposta n.º 27, datada de 01 de setembro último, indicando a necessidade da revogação da deliberação tomada no CI na reunião de 07 de agosto último, “ponto 4.1.1.2 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa”, explicando que na sequência da revisão dos valores dos investimentos anuais e plurianuais relativos à candidatura “Territórios Inteligentes - ENTI - PGU e Verticais”, constatou-se já não ser necessário proceder ao reforço de dotações orçamentais acima de montantes superiores a 500.000,00 euros, sendo, por conseguinte, suficiente a Alteração Orçamental Permutativa que agora se apresenta para o devido enquadramento orçamental do referido investimento.

Assim, propõe-se a aprovação da presente Alteração ao Orçamento de 2025, de acordo com as modificações constantes dos Mapas em anexo, designadamente: Reforço em GOP decorrente da aprovação da candidatura: “Capacitação dos Recursos Humanos - CENTRO2030-FSE+-02668300”; Reforço em GOP decorrente da aprovação da candidatura: “Cultura para a Inclusão - CENTRO2030-FSE+-02606100”; Reforço em GOP decorrente da aprovação da candidatura: “BIO RED”. no âmbito do programa I3 da Comissão Europeia; Reforço em GOP decorrente da assinatura do “Contrato Interadministrativo para Realização de um Projeto-Piloto através de Sensibilização e Comunicação de Proximidade para Redução de Ignições na Região de Coimbra”

com a AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, IP; Reafetação de montantes de investimento em GOP relativa à candidatura: “Territórios Inteligentes - ENTI - PGU e Verticais”; Reafetação de montantes de investimento em GOP relativa à candidatura: “Coimbra Sustainable Tourism LLM SHIFT Coimbra”, para efeitos de abertura de procedimento para execução da estratégia de Comunicação 2025-2028.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a revogação da deliberação tomada no CI na reunião de 07 de agosto último, “ponto 4.1.1.2 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa” assim como aprovar a presente 12.ª Alteração Orçamental Permutativa 2025.**

#### **4.1.2. Tesouraria**

##### **4.1.2.1. Resumo diário de tesouraria - Para conhecimento**

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria do dia 05 de setembro último, que apresenta um saldo bancário de 14 402 378.06 € (catorze milhões, quatrocentos e dois mil, trezentos e setenta e oito euros e seis cêntimos) para o dia seguinte, documento que constará como anexo à presente ata; de salvaguardar correções pontuais ao documento em apreço, decorrente das reconciliações bancárias mensais e que não alteram significativamente o valor apresentado. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

**O CI tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria.**

#### **4.1.3. Contratação Pública**

##### **4.1.3.1. CP10\_2025- Aquisição de Motobombas Rebocáveis de Grande Débito e de Módulos Rebocáveis de Apoio às Populações- Decisão de Contratar – Para ratificação.**

Foi presente a informação n.º 3449, datada de 01 de agosto último na qual se indica que o presente procedimento visa promover a aquisição de equipamentos de apoio a situações de acidente grave/catástrofe, conforme previsto no ITI, nomeadamente, nos investimentos intermunicipais a realizar na área da proteção civil. Com esta aquisição pretende-se reforçar o número de equipamentos de resposta operacional existentes no território da CIM RC.

O Secretário Executivo Intermunicipal autorizou, a 14 de agosto último, a abertura e a aprovação das peças do procedimento, a delegação nos membros do júri da competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e dos erros e omissões, a nomeação do gestor do contrato indicado no ponto 18; a autorização do prestador de serviços RVA & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL a efetuar o carregamento dos documentos inerentes ao procedimento, na plataforma eletrónica de contratação pública, assinando-os com recurso a certificado digital.

Coloca-se à decisão do CI, órgão com competência, a ratificação do ato praticado pelo Secretário Executivo Intermunicipal.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Secretário Executivo Intermunicipal que autorizou a contratação assim como a delegação de competências propostas e demais diligências subsequentes e propostas na informação referente ao**

**procedimento “CP10\_2025- Aquisição de Motobombas Rebocáveis de Grande Débito e de Módulos Rebocáveis de Apoio às Populações”.**

**4.1.3.2.** CP18\_2025 - Coimbra Sustainable Tourism LLM SHIFT Coimbra - Execução da Estratégia de Comunicação 2025-2028: Autorização da abertura de procedimento, e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal de procedimento - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3809, datada de 03 de setembro último, na qual se propõe a autorização da abertura de procedimento e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal de procedimento com a designação, " CP18\_2025 - Coimbra Sustainable Tourism LLM SHIFT Coimbra - Execução da Estratégia de Comunicação 2025-2028", preço base de 219.120,00€ ( duzentos e dezanove mil, e cento e vinte euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento bem como a delegação de competências propostas e demais diligências subsequentes e propostas na informação relativo ao procedimento “CP18\_2025 - Coimbra Sustainable Tourism LLM SHIFT Coimbra - Execução da Estratégia de Comunicação 2025-2028”.**

**4.1.3.3.** CP13\_2025 - Aquisição de Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e Verticais no âmbito projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3806, datada de 03 de setembro último, propondo a autorização da abertura de procedimento com publicidade internacional, com a designação “CP13 - 2025 - Aquisição de Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e Verticais no âmbito projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente” e o preço base de 1.300.000,00 € (um milhão, e trezentos mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, aprovação das peças do procedimento e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal- MGD Nº3806

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento bem como a delegação de competências propostas e demais diligências subsequentes e propostas na informação respeitantes ao procedimento” CP13\_2025 - Aquisição de Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e Verticais no âmbito projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente”.**

**4.1.3.4.** Regulamento n.º 1000/2025 e 18 de agosto - transmissão de dados referentes aos ajustes diretos simplificados - Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3720, datada de 27 de agosto último, dando nota da publicação no passado dia 18 de agosto, do Regulamento n.º 1000/2025 que estabelece as regras de transmissão de dados referentes aos ajustes diretos simplificados, de forma agregada, por entidade até ao final do ano civil a que digam respeito e a sua entrada em vigor a 01 de outubro de 2025.

**O CI tomou conhecimento.**

**4.1.4. Central de Compras**

**4.1.4.1.** Pedido de adesão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins à Central de Compras - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3810, datada de 03 de setembro último, dando nota da solicitação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins à Central de Compras da CIM RC.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar a Adesão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins à Central de Compras da CIM-RC.**

#### **4.2. Unidade de Desenvolvimento Social e Modernização**

**4.2.1.** Normas de participação – Imagine.Create.Succeed: o Futuro é Teu! - ano letivo 2025/26 – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3791, datada de 02 de setembro último, informando que no seguimento da execução da atividade "Imagine.Create.Succeed: o Futuro é Teu", integrada no projeto Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra (PIPSE-RC - CENTRO2030-FSE+-01359600), se torna necessário proceder à aprovação das Normas de Participação ao nível dos concursos intermunicipais previstos para o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, e Ensino Secundário/Profissional para o ano letivo 2025/26.

Desta forma, dá-se conhecimento ao CI do Programa Educativo previsto para os vários níveis de ensino abrangidos, e se propõe a aprovação das Normas de Participação - 2.º Ciclo do Ensino Básico: Artes e Ofícios; as Normas de Participação - 3.º Ciclo do Ensino Básico: Missão CIM RC – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; as Normas de Participação – Secundário/Profissional: Cria o Teu Futuro!

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de participação ao nível dos concursos intermunicipais previstos para o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, e Ensino Secundário/Profissional para o ano letivo 2025/26.**

**4.2.2.** Despacho n.º 8312/2025 de 18 de julho - Dispensa de apresentação de documentos- Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3657, datada de 18 de agosto último, dando nota que o Despacho n.º 8312/2025, publicado no passado dia 18 de julho, vem determinar que os cidadãos e agentes económicos são dispensados da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço e organismo da Administração Pública, quando derem o seu consentimento para que a entidade responsável pela prestação do serviço proceda à sua obtenção.

Trata-se de vertente de desburocratização muito relevante para a simplificação do acesso das empresas a procedimentos junto da Administração Pública e que impacta a celeridade e eficácia desses processos.

O Secretário Executivo Intermunicipal destacou a importância da recente alteração legislativa, considerada uma mudança significativa, uma vez que o despacho em questão determina que

cidadãos e agentes económicos ficam dispensados de apresentar documentos que já estejam na posse de qualquer serviço da administração pública.

Para si trata-se de um passo relevante no processo de desburocratização, melhorando a relação entre os cidadãos, as empresas e a administração pública.

**O CI tomou conhecimento.**

**4.2.3.** Alteração às normas de Participação das Olimpíadas da União Europeia – Para ratificação. Foi presente a informação n.º 3788, datada de 02 de setembro último, para ratificação do CI, as Normas de Participação da 5.ª edição das Olimpíadas da União Europeia, aprovadas em 22 de julho de 2025 e cuja divulgação teve início a 2 de setembro, prevendo-se ainda a aprovação da proposta relativa aos prémios a atribuir à equipa vencedora, nomeadamente visita ao Parlamento Europeu ou, em alternativa, vouchers FNAC no valor de 50 € por participante.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato do Secretário Executivo Intermunicipal que, a 22 de julho último, considerando a necessidade de assegurar a calendarização e divulgação atempada do concurso aprovou as normas de participação assim como a proposta relativa aos prémios a atribuir à equipa vencedora.**

**4.2.4.** Acordo de Cooperação com a Associação "Quinta das Pontes" - Para deliberação. Foi presente a informação n.º 3847, datada de 04 de setembro último, propondo a aprovação de protocolo com a Associação Quinta das Pontes (AQDP) - Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública, sita na freguesia do Espinhal, concelho de Penela.

A presente proposta visa a cooperação, parceria e o estreitamento das relações institucionais entre as instituições signatárias sendo que, no âmbito da mesma, poderão ser desenvolvidas medidas de concretização de projetos, que serão objeto de instrumentos de cooperação próprios e acordos adicionais entre os dois outorgantes.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Cooperação entre a Associação Quinta das Pontes (AQDP) e esta CIM RC.**

**4.2.5.** Termo de Aceitação da Candidatura "Região de Coimbra – A Antecipar e Co-desenhar o território" - Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3753, datada de 28 de agosto último, dando nota que na sequência da pronúncia da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em sede de audiência prévia relativa à candidatura "Região de Coimbra – A Antecipar e Co-desenhar o Território" (CENTRO2030-FSE+-02668300), foi rececionada a notificação final de aprovação pela Autoridade de Gestão do Programa CENTRO 2030.

Neste contexto dá-se conhecimento ao CI da notificação final da aprovação da candidatura "Região de Coimbra – A Antecipar e Co-desenhar o Território" (CENTRO2030-FSE+-02668300)

Mais se propõe que se proceda à ratificação da aceitação da notificação final e da assinatura do Termo de Aceitação, com vista à formalização do processo e ao cumprimento dos prazos estabelecidos para o início da operação.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato do Presidente do CI que aprovou e assinou Termo de Aceitação da Candidatura "Região de Coimbra – A Antecipar e Co-desenhar o território".**

**4.2.6.** Termo de Aceitação da Candidatura "Nós 19 - O som de Todos!" - Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3785, datada de 01 de setembro último, recordando que na sequência da pronúncia da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em sede de audiência prévia relativa à candidatura "Nós 19 - O som de Todos!", foi rececionada a notificação final de aprovação pela Autoridade de Gestão do Programa CENTRO 2030.

A dotação financeira aprovada foi de 47.129,36 euros (Fundo elegível: 40.059,96; Contrapartida nacional: 7.069.40 euros).

Neste contexto propõe-se que o Conselho Intermunicipal tome conhecimento da notificação final da aprovação da candidatura "Nós 19 - O som de Todos!" (CENTRO2030-FSE+-02606100).

Mais se propõe que se proceda à ratificação da aceitação da notificação final e da assinatura do Termo de Aceitação, com vista à formalização do processo e ao cumprimento dos prazos estabelecidos para o início da operação.

O Secretário Executivo Intermunicipal disse ser motivo de orgulho, a aprovação de cerca de 400.000€ para formação de funcionários públicos dos municípios, no âmbito do programa "Antecipar e Desenhar o Território".

Foi também referido que, após a reclamação apresentada quanto à fórmula de cálculo usada na análise da candidatura, foi dada razão à CIM RC, permitindo agora o início da elaboração e implementação do referido programa nas próximas semanas.

Recomendou aos senhores Presidentes que, antes de contratualizarem formações, verifiquem se estas podem ser enquadradas neste programa, de forma a otimizar os recursos disponíveis, tendo em conta que a formação é obrigatória e existe agora uma verba significativa a executar.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato do Presidente do CI que aprovou e assinou Termo de Aceitação da Candidatura "Nós 19 - O som de Todos!".**

**4.2.7.** Competências de Formação - Funcionários das autarquias nas Unidades Locais de Saúde.  
- Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3793, datada de 02 de setembro último, indicando que no âmbito das transferências das competências no domínio da saúde para as autarquias locais, bem como as competências da CIM-RC no domínio da formação dos trabalhadores dos municípios da sua área de abrangência, foram solicitados esclarecimentos, relativamente de qual a entidade a que cabe a competência para ministrar a formação profissional dos assistentes operacionais afetos às Unidades Locais de Saúde (Coimbra e do Baixo Mondego).

Foram assim solicitadas informações relativamente aos seguintes pontos:

Qual o trâmite associado à formação profissional ministrada pela ULS, e qual o regulamento da formação; Forma de aferição das necessidades formativas; Plano formativo em vigor.

Considerando os esclarecimentos prestados, verifica-se que a formação dirigida aos Assistentes Operacionais afetos aos Cuidados de Saúde Primários das Unidades Locais de Saúde (ULS) não é exclusiva das mesmas.

O Secretário Executivo Intermunicipal explica que a CIM RC poderá providenciar formação, no entanto, o mais adequado será articular o plano intermunicipal com os planos internos da ULS, potenciando recursos e evitando duplicação de esforços. Será desta forma importante que se verifique juntos dos municípios necessidades específicas de formação na área da saúde, e se proceda à articulação com as ULS.

**O CI tomou conhecimento dos esclarecimentos prestados.**

**4.2.8.** Projeto de Investimento n.º 7606 – BUPi RC – Cadastro Simplificado do Território Rústico da Região de Coimbra: Proposta de Reprogramação Temporal e autorização de submissão de despesa em PP – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3762, datada de 28 de agosto último, indicando que o Projeto de Investimento n.º 7606 – BUPi RC, dedicado ao Cadastro Simplificado do Território Rústico da Região de Coimbra, se encontra com 41% da execução física e 40% da execução financeira realizadas até março de 2025, registando uma forte mobilização da população no registo gratuito das propriedades.

Face ao aumento da procura e às discrepâncias na execução financeira entre beneficiários, propõe-se a reprogramação temporal da operação até 30 de junho de 2026 e a autorização para submissão de despesa em pedidos de pagamento por ordem de chegada, garantindo uma gestão mais equilibrada e eficiente dos apoios concedidos, sem alterar os objetivos gerais do projeto.

O Secretário Executivo Intermunicipal explicou que está relacionado com a implementação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), cuja execução é obrigatória e financiada e que a que a ANSR solicita a celebração de um protocolo para acesso a dados essenciais à implementação do plano.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar a reprogramação temporal da operação até 30 de junho de 2026 e a autorização para submissão de despesa em pedidos de pagamento por ordem de chegada relativo ao Projeto de Investimento n.º 7606 – BUPi RC – Cadastro Simplificado do Território Rústico da Região de Coimbra.**

**4.2.9.** Projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3764, datada de 28 de agosto último, propondo a anulação da decisão tomada sobre o ponto 4.3.6. da ordem de trabalhos da reunião de CI de 07.08.2025, assim como se dá conhecimento sobre a informação prestada no que respeita à obrigação de obtenção de visto prévio por parte do Tribunal de Contas

Propõe-se que a decisão seja anulada, devendo ser considerada a redação que seguidamente se transcreve: “Mais se informa que, 1. Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC), os contratos de

empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e serviços ou outros contratos públicos cujo valor exceda € 950.000,00 estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não podendo produzir efeitos antes da obtenção do respetivo visto, nos termos do artigo 45.º, n.º 1 do mesmo diploma.

2. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem o valor de € 1 .300.000,00 (um milhão e trezentos mil euros) e beneficia de financiamento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

3. Foi publicada a Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável a atos e contratos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo PRR, que se encontrem sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

4. O artigo 3.º, n.º 1, da referida Lei determina que *“os atos e contratos abrangidos pelo presente regime produzem efeitos a partir da respetiva assinatura ou ato equivalente, independentemente de prévia decisão do Tribunal de Contas”*, mantendo-se, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a obrigação de envio para fiscalização prévia, mas sem efeito suspensivo.

5. O artigo 8.º da Lei n.º 43/2024 fixa a entrada em vigor deste regime a 16 de dezembro de 2024.

Do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 43/2024 e no artigo 46.º da LOPTC é possível concluir que:

O contrato objeto do presente procedimento seja assinado e produza efeitos imediatos a partir da data da assinatura, não ficando suspenso até decisão do Tribunal de Contas, por estar abrangido pelo regime excecional aplicável a contratos financiados pelo PRR.

O contrato seja submetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia, nos termos e prazos legalmente previstos.

Seja junto ao processo documento comprovativo do financiamento PRR e cópia da Lei n.º 43/2024.”

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar a anulação da decisão tomada sobre o ponto 4.3.6. da reunião de CI de 07.08.2025, assim como tomar conhecimento sobre a informação prestada no que respeita à obrigação de obtenção de visto prévio por parte do Tribunal de Contas no âmbito do Projeto de investimento n.º 13554 – CIMRC+Inteligente.**

**4.2.10.** Ofício (250819): "Interior devastado – CERC quer medidas urgentes e soluções em conformidade com as necessidades do território"- Para Conhecimento.

Foi presente o ofício datado de 19 de agosto último, dando nota que o CERC manifesta profunda preocupação com os incêndios que devastaram vários concelhos do interior da Região de Coimbra, causando prejuízos ambientais, sociais e económicos. Alerta para o risco de abandono do território se não forem tomadas medidas urgentes. Defende que o Estado deve agir rapidamente, ouvindo as autarquias e entidades locais, e que os fundos do PRR e do Portugal 2030 devem ser direcionados para a recuperação da paisagem e da economia local. Os empresários querem continuar a investir, mas precisam de confiança e apoio concreto. O CERC reafirma a sua disponibilidade para colaborar na reconstrução e revitalização da região.

**O CI tomou conhecimento.**

## **5. Divisão de Ambiente e Transportes**

### **5.1. Unidade de Mobilidade e Transportes**

**5.1.1.** Gratuitidade passes estudante – Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro – meses de fevereiro e março de 2025 – Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3594, datada de 13 de agosto último, indicando que tendo a DGTF efetuado uma transferência a 7 de agosto, com o valor de 885.997,86 €, se propõe ratificar o despacho do Secretário Executivo Intermunicipal de 03 de setembro último, que autorizou a transferência para os operadores de transporte público de passageiros o valor, possível face ao recebido, por pagar referente ao mês de fevereiro de 2025 e de um proporcional do valor devido no mês de março de 2025.

Aprovar que seja efetuada a transferência para o Município de Coimbra, no que diz respeito ao operador SMTUC.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato do Secretário Executivo Intermunicipal que autorizou a transferência para os operadores de transporte público de passageiros (Alfredo Farreca Rodrigues, Lda, RDL - Rodoviária do Lis, Lda, ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A., Transdev Interior, S.A., Marques, Lda, Joaquim Martins da Fonseca, Lda, Metro-Mondego, S.A. e INOVA, EM-S.A.) assim como a transferência para o Município de Coimbra, no que diz respeito ao operador SMTUC; o valor possível face ao recebido, por pagar referente ao mês de fevereiro de 2025 e de um proporcional do valor devido no mês de março de 2025.**

**5.1.2.** Protocolo de Partilha de Dados entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e CIM-RC - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3849, datada de 04 de setembro último, dando nota que no âmbito da recolha de dados para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), foi necessário solicitar à **Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)** informação relativa à sinistralidade rodoviária. Contudo, a cedência de dados específicos, nomeadamente coordenadas, apenas poderá ocorrer mediante a celebração de um protocolo (conforme documento em anexo à presente informação) de troca de informação.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Protocolo entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de forma a se proceder à celebração do mesmo e à subsequente disponibilização da informação indispensável ao desenvolvimento do PMUS.**

**5.1.3.** Gratuitidade passes estudante – Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro – meses de março, abril e maio 2025 – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3855, datada de 04 de setembro último, na qual se indica que tendo a DGTF efetuado nova transferência a 1 de setembro, com o valor de 1.970.296,20 €, se propõe

deliberar a aprovação de se transferir para os operadores de transporte público de passageiros referente ao remanescente do mês de março, mês de abril e de um proporcional do valor devido no mês de maio.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar que sejam efetuadas as devidas transferências aos operadores Alfredo Farreca Rodrigues, Lda, RDL - Rodoviária do Lis, Lda, ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A., Transdev Interior, S.A., Marques, Lda, Joaquim Martins da Fonseca, Lda, Metro-Mondego, S.A. e INOVA, EM-S.A. referente ao remanescente do mês de março, mês de abril e de um proporcional do valor devido no mês de maio, assim como autorizar que seja efetuada a transferência para o Município de Coimbra, no que diz respeito ao operador SMTUC.**

## **5.2. Unidade de Ambiente, Recursos Naturais e Equipamentos**

### **5.2.1. BNAUT – Ponto de situação e questões entrada em funcionamento – Para deliberação.**

Foi presente a informação n.º 3706, datada de 26 de agosto último, esclarecendo que face às dificuldades que os Municípios estão a sentir na funcionalização dos equipamentos BNAUT e no facto de estarem a ser colocadas questões que colocam em causa os investimentos aprovados, foi solicitada uma resposta conjunta ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), pelo que foram enviadas comunicações para as três Direções Distritais do ISS (Coimbra, Viseu e Aveiro) em anexo. Tendo em conta o estado de maturidade dos projetos da BNAUT realizados pelos Municípios da CIM Região de Coimbra importa clarificar a forma de operacionalizar estes equipamentos.

Encontrando-se os investimentos realizados, ou fase avançada de concretização, todas estas questões levantadas ao ISS necessitam de resolução rápida, para que os Municípios possam receber as devidas participações e acima de tudo para que os equipamentos sejam colocados em funcionamento, dando resposta às necessidades prementes sentidas no território.

Propõe-se que os Municípios tomem conhecimento das diligências realizadas perante o ISS – Centros Distritais e que, no prazo de 10 dias, nos comuniquem sobre o modelo de gestão que consideram adequado à sua tipologia/caso, bem como disponibilidade em participação em reuniões com o ISS.

O Secretário Executivo Intermunicipal alertou os senhores Presidentes relativamente a dificuldades no âmbito da execução de candidaturas BNAUT.

O problema prende-se com a atuação da Segurança Social, que, apesar de já ter dado parecer favorável aquando da aprovação das candidaturas pelo IHRU, está agora a solicitar novamente a entrega de projetos e documentação, o que é considerado um excesso de exigência e um entrave à execução. Elucidou que o IHRU, enquanto organismo intermédio competente, já aprovou as candidaturas, e reforçou que qualquer alteração de tipologia só deve ocorrer se os municípios assim o entenderem.

Reportou que as Direções Regionais da Segurança Social de Viseu, de Aveiro e de Coimbra encaminharam a questão para a Direção Nacional, sem apresentar uma solução concreta até ao momento. A situação está a ser acompanhada, mas manifesta preocupação com a falta de articulação entre os organismos envolvidos e os atrasos indevidos na implementação dos projetos já aprovados.

**O CI deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta do envio por parte dos municípios no prazo de 10 dias, do modelo de gestão que consideram adequado à sua tipologia/caso, bem como disponibilidade em participação em reuniões com o ISS.**

**5.2.2.** Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com os Municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, ao abrigo do Contrato de Financiamento PDP – 3 - Gestão da bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas - (EEA Grants 2014-2021) – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3781, datada de 30 de agosto último, propondo a aprovação de Minutas de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com os Municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, ao abrigo do Contrato de Financiamento PDP – 3 - Gestão da bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas - (EEA Grants 2014-2021). Trata-se da adequação da execução do EEA GRANTS do Ceira ao previsto anteriormente em Contratos Interadministrativos. Considerou-se que o procedimento mais adequado seria o de realizar novos contratos (anexo 1), (os anteriores possuíam prazo até 30/6/2023, sendo que o PDP3 apenas foi alterado posteriormente, em 31/12/2023, e as atividades se estenderam até março de 2024 com revisões definitivas em datas posteriores) que substituíssem os anteriores, com efeitos retroativos ao início do projeto. Existe a necessidade de adequar os compromissos assumidos nos Contratos Interadministrativos anteriormente celebrados, nomeadamente em termos temporais e financeiros:

- Ao previsto em contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021), com vista à execução do Programa de Desenvolvimento - projeto 3 (PDP 3) Gestão da Bacia do Rio Ceira adaptada às Alterações Climáticas com a Agência Portuguesa do Ambiente através da ARH Centro, assinado em dezembro de 2023, com execução até 31 de março de 2024;
- À real execução realizada nas atividades delegadas pelos Municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra na CIM-RC.

**O CI deliberou, por unanimidade, aceitar as competências e os valores alocados às respetivas atividades para execução dos projetos em causa decorrentes da alteração ao Contrato de Financiamento do projeto PDP – 3 - Gestão da bacia do rio Ceira para adaptação às mudanças climáticas - (EEA Grants 2014-2021); Aprovar as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar com os municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, em anexo 1 à presente informação; Aprovar o**

**envio da minuta dos contratos interadministrativos de delegação de competências aos municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra para deliberação das respetivas Câmaras Municipais e Assembleias Municipais**

**5.2.3.** Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município de Vila Nova de Poiares e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Alteração de edifício para habitação coletiva – 6 fogos – Vale de Vaíde” – Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3713, datada de 26 de agosto último, propondo a ratificação do Aditamento ao Acordo de Colaboração assinado pelo Presidente da CIM-RC, celebrado entre a CIM-RC, IHRU e Município de Vila Nova de Poiares na sequência do Protocolo de Cooperação “Projeto de Habitação a Custos Acessíveis da Região de Coimbra”, para “Alteração de edifício para habitação coletiva – 6 fogos – Vale de Vaíde”.

Face ao historial de procedimentos desertos foi lançado um primeiro concurso público por valor acima do previsto em acordo, mas inserido no valor máximo de HCC para a operação. Apesar desta situação o concurso ficou deserto, tendo o Município realizado de seguida um ajuste direto de acordo com o previsto no artigo 24.º do CCP. Procedeu-se assim a uma alteração da afetação do investimento das componentes, aumentando valor da empreitada, e a um recálculo dos valores máximos de investimento HCC, considerando a atualização dos índices do INE afetos ao cálculo de investimento HCC.

Realizou-se assim uma atualização do valor de investimento e uma nova distribuição pelas rubricas de investimento, para além de adequação das datas de execução, que resultou num aditamento ao Acordo celebrado, passando o projeto a possuir um valor de 681.568,87 € (seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), o qual não inclui o valor do IVA. O projeto é financiado com o empréstimo concedido ao IHRU para promoção de habitação a custos acessíveis no âmbito do Investimento RE-CO2-i05 – Parque Público de Habitação a custos acessíveis, da Componente 02-Habitação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O valor do IVA será reembolsado nos termos estabelecidos no n.º 18 do artigo 8.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, caso o Município não possa exercer o direito à dedução do IVA suportado.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Presidente do CI, no dia 12 de agosto, que assinou o Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a CIM-RC, o Município de Vila Nova de Poiares e o IHRU para promoção conjunta do projeto designado por “Alteração de edifício para habitação coletiva – 6 fogos – Vale de Vaíde”.**

## **6. Estrutura de Apoio Técnico**

**6.1.** ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 18ª Alteração – Góis – Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3776, datada de 28 de agosto último, dando nota que a 18 de março de 2024 foi assinado o Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) entre a AG do PO CENTRO 2030 e a CIM Região de Coimbra.

Face ao exposto, foi solicitada pelo Município de Góis, através de e-mail de 28/08/2025, a alteração aos projetos inscritos no ITI da CIM Região de Coimbra, nomeadamente transferência das verbas dos seguintes projetos: Qualificação da Av. Padre António Diniz: 186.864,49€; Parque de Lazer da Selada: 170.472,86€; Para o Projeto das obras de reabilitação da Casa da Lavra de Baixo com o valor de 357.337,35€.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a 18.ª alteração ao ITI da CIM Região de Coimbra nos moldes solicitados pelo município de Góis.**

**6.2.** Celebração de Acordo de Cooperação Horizontal no âmbito do projeto BIO-RED (I3) - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3724, datada de 27 de agosto último, recordando que o projeto BIO-RED, recentemente aprovado pelo Programa Europeu I3, pretende reforçar os ecossistemas de inovação em biotecnologia vermelha e indústria farmacêutica, envolvendo parceiros de sete países. Para assegurar a sua implementação eficiente e o aproveitamento dos resultados, a CIM Região de Coimbra propõe a celebração de um acordo de cooperação com a Universidade de Coimbra (minuta em anexo), entidade de referência na área.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do acordo de cooperação horizontal com a Universidade de Coimbra, enquanto parceiro-chave para a implementação, acompanhamento, valorização dos resultados do projeto.**

**6.3.** Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas ao Sistema de incentivos de Base territorial – ITI CIM Comércio – Para ratificação.

Foi presente a informação n.º 3702, datada de 26 de agosto último, na qual se informa que no âmbito do Plano de Ação do ITI da CIM RC, a Autoridade de Gestão do Centro 2030 enviou a esta CIM a 13 de agosto último, a proposta de aviso de concurso com a designação Sistema de Incentivos de Base Territorial – ITI CIM Comércio, para recolha de contributos.

Com esta proposta de aviso, pretende-se operacionalizar na CIM RC o SIBT para as áreas de comércio e serviços. Propõe-se que decorra em contínuo, em uma única fase a ter início ainda no primeiro quadrimestre de 2025 e encerrando até final do ano, com uma dotação de 748.395,05 € de Fundo FEDER, e são elegíveis operações com um máximo de despesa elegível igual ou inferior a 40.000,00€. São elegíveis as candidaturas cujas atividades económicas se enquadrem na CAE Ver. 4, e que se encontram identificadas no Anexo C do Aviso de Concurso.

Assim, dado que o prazo de resposta solicitado pela AG do Centro 2030, para análise à proposta de aviso terminou no próximo dia 22 de agosto, propõe-se ao CI a ratificação do ato praticado pelo Secretário Executivo, que aprovou os comentários e propostas de alteração à minuta de aviso em anexo à presente informação.

**O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Secretário Executivo, no dia 26 de agosto último, que aprovou os comentários e propostas de alteração à minuta de aviso e o respetivo envio à AG.**

**6.4.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre a CIM-RC e o Município da Lousã no âmbito do Projeto C-REST - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3704, datada de 26 de agosto último, na qual se propõe a aprovação de minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM RC e o Município da Lousã elucidando o CI que esta entidade intermunicipal viu aprovada uma candidatura ao programa ELENA com o projeto C-REST, com a meta de impulsionar melhorias significativas na eficiência energética dos edifícios da Administração pública. Os municípios da CIMRC pretendem promover a descarbonização e a transição energética, pelo que foi articulado com os municípios a identificação dos equipamentos municipais para os quais se previam intervenções.

No caso do Município da Lousã foi identificado o Jardim de Infância de Serpins e, para formalizar esta colaboração, foi elaborada uma proposta de Minuta.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM RC e o Município da Lousã no âmbito do projeto C-REST.**

**6.5.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre a CIM-RC e o Município de Condeixa no âmbito do Projeto C-REST - Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3845, datada de 03 de setembro último, propondo ao CI a aprovação de minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM-RC e o Município de Condeixa-a-Nova referindo que a CIM RC tem aprovada uma candidatura ao programa ELENA com o projeto C-REST, com a meta de impulsionar melhorias significativas na eficiência energética dos edifícios da Administração pública. Os municípios da CIM RC pretendem promover a descarbonização e a transição energética, pelo que foi articulado com os municípios a identificação dos equipamentos municipais para os quais se previam intervenções.

No caso do município de Condeixa-a-Nova foi identificada a Requalificação de 2 Complexos Desportivos e, para formalizar esta colaboração, foi elaborada a proposta de Minuta em anexo.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM RC e o Município de Condeixa-a-Nova no âmbito do projeto C-REST.**

**6.6.** Proposta de Protocolo de Colaboração entre CIM-RC e o Município de Oliveira do Hospital no âmbito do Projeto C-REST- Para deliberação.

Foi presente a informação n.º 3732, datada de 27 de agosto último, propondo ao CI a aprovação de minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM-RC e o Município de Oliveira do Hospital: a CIM-RC possui aprovada uma candidatura ao programa ELENA com o projeto C-REST, com a meta de impulsionar melhorias significativas na eficiência energética dos edifícios da Administração pública. Os municípios da CIM-RC pretendem promover a descarbonização e a transição

energética, pelo que foi articulado com os municípios a identificação dos equipamentos municipais para os quais se previam intervenções.

No caso do Município de Oliveira do Hospital foi identificada a Requalificação da antiga Cadeia do Tribunal em StartUP de Oliveira do Hospital e, para formalizar esta colaboração, foi elaborada a proposta de Minuta em anexo.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta para o Protocolo de colaboração entre a CIM RC e o Município de Oliveira de Hospital no âmbito do projeto C-REST.**

**6.7.** Sistema de incentivos «Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade» (IFIC), no âmbito da Componente C05 — Capitalização e Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência- Para conhecimento.

Foi presente a informação n.º 3731, datada de 27 de agosto último, dando conhecimento que no dia 14 de agosto último, foi publicado no DR n.º 156, 1ª Série a Portaria n.º 286/2025/1, que vem aprovar a criação de um sistema de incentivos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mais especificamente da Componente C05 – Capitalização e Inovação Empresarial, para apoiar projetos empresariais inovadores e qualificados, aprovando ainda o respetivo regulamento. O regulamento aprovado vem estabelecer os requisitos a observar para a apresentação de candidaturas no âmbito dos Avisos a publicar, com enquadramento nos domínios de intervenção nomeadamente a investigação e desenvolvimento (I&D), incluindo a demonstração e valorização da I&D empresarial, a inovação e competitividade empresarial qualificação, a internacionalização, o empreendedorismo, a formação profissional e a criação de emprego, promovendo a ligação entre as empresas e a ciência, com especial destaque para a inovação relacionada com a transição ecológica e digital, com elevado potencial de criação de valor, designadamente os que visem:

- a) A reindustrialização da economia nacional;
- b) A adoção de tecnologias emergentes, nomeadamente a inteligência artificial;
- c) O reforço da base industrial e tecnológica nacional de defesa e segurança, no âmbito das aplicações de dupla utilização;
- d) O desenvolvimento e crescimento de start-ups de base tecnológica.

O Secretário Executivo Intermunicipal reforçou a importância deste tipo de instrumentos para apoiar incubadoras e estruturas de receção de empresas, que muitos municípios já possuem ou planeiam implementar.

**O CI tomou conhecimento.**

#### **Última intervenção do Presidente do CI no exercício do cargo**

O Presidente do CI, Emílio Torrão, tomou a palavra para realizar a sua última intervenção no exercício do cargo, a qual incluiu diversas notas de reconhecimento, balanço de mandato e recomendações futuras.

Iniciou a sua intervenção final com uma sentida homenagem ao saudoso Raul Almeida, destacando o seu papel fundamental na fase inicial da atual direção desta CIM, elogiando a sua capacidade de gerar consensos, o seu bom senso e dedicação.

Expressou frustração por não ter conseguido impulsionar a revisão do Estatuto do Eleito Local, apelando à continuidade desse desígnio, por entender ser essencial a dignificação dos autarcas. Destacou a importância de distinguir entre a dimensão técnica e a política da CIM RC, enaltecendo o trabalho do Secretário Executivo, Jorge Brito, e a competência e dedicação dos colaboradores da instituição. Reforçou a necessidade de reforço de meios humanos.

Sublinhou a relevância dos projetos intermunicipais e o posicionamento de destaque da CIM RC no panorama europeu, com reconhecimento de boas práticas. Apelou à continuação desta dinâmica e ao reforço das redes internacionais.

Referiu o trabalho de afirmação territorial na área do turismo, reforçando que os resultados são graduais, mas sustentáveis. Encorajou a participação contínua em feiras internacionais.

Alertou para a necessidade de reforçar a autossuficiência dos municípios no combate a incêndios, com especial enfoque na prevenção, ordenamento do território e investimento em meios técnicos e humanos (sapadores, máquinas pesadas, formação, etc.). Reforçou a importância da videovigilância, sensorização e resposta a riscos diversos, não apenas incêndios.

Manifestou frustração pela situação atual da sede da CIM RC, considerando-a indigna para a relevância da instituição. Defendeu a criação de uma sede condigna.

Reforçou a importância das parcerias com instituições de ensino superior e com o ecossistema da inovação (IPN, entre outros), salientando o papel destas entidades no desenvolvimento regional. Assinalou a postura firme da CIM RC na defesa dos interesses dos municípios no âmbito dos resíduos sólidos urbanos.

Enalteceu a cultura de cooperação, o espírito coletivo e o legado institucional cultivado nas reuniões da CIM, apelando à sua continuidade pelas futuras lideranças.

Destacou as qualidades técnicas, liderança e visão internacional do Secretário Executivo Intermunicipal, recomendando que o perfil do futuro Secretário Executivo mantenha a exigência técnica e sensibilidade política. Afirmou que a continuidade da atual equipa seria desejável.

Agradeceu ao corpo técnico da CIMRC, reconhecendo o seu empenho, dedicação e espírito de equipa.

Considerou o sistema de mobilidade um dos maiores feitos do mandato, sublinhando a importância da intermodalidade para o seu sucesso. Apelou à implementação urgente dessa componente e à aposta em soluções inovadoras como o Sit FLEXi e o car sharing.

Defendeu o fortalecimento da AGIT como entidade técnica com dimensão política, reforçando o papel dos municípios como sócios maioritários. Criticou interferências externas e apelou à consolidação da AGIT como estrutura estratégica de suporte aos municípios, com um corpo técnico robusto e liderança política adequada.

Encerrou a intervenção com agradecimentos aos membros da direção, bem como a todos os autarcas e colaboradores da CIM RC. Manifestou gratidão pelo apoio, colaboração e acolhimento recebido ao longo do mandato.

---

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, deu por encerrados os trabalhos eram dezoito horas e quarenta minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, Emílio Torrão e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

---

(Emílio Torrão)

A assistente Técnica que secretariou a reunião

---

(Gisela Parreiral)